

PROCESSOS DE TRABALHO EM SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DURANTE TERRITORIALIZAÇÃO

Atenção primária à saúde; Saúde mental; Territorialização

Introdução

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui-se como ordenadora do cuidado em saúde mental, sendo responsável pela identificação precoce de agravos, acompanhamento longitudinal e articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Nesse contexto, a territorialização emerge como ferramenta estratégica para compreensão das necessidades de saúde da população. Este estudo objetiva relatar a experiência de uma equipe multiprofissional de residentes em saúde no levantamento dos processos de trabalho em saúde mental desenvolvidos pela equipe de uma unidade de Atenção Primária à Saúde (APS) durante o processo de territorialização.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido por residentes multiprofissionais em saúde durante atividade de territorialização em uma unidade de APS, entre março e abril de 2026. Os dados foram obtidos por meio de observação participante, registros em diários de campo realizados pelos residentes durante o acompanhamento das atividades, entrevistas semiestruturadas com a equipe da unidade, análise de registros institucionais e pesquisa de campo. A análise interpretativa dos registros fundamentou-se na descrição e reflexão crítica dos processos de trabalho identificados.

Resultados / Discussão

Identificou-se que o cuidado em saúde mental na unidade ocorre de forma integrada, por meio de acolhimento, atendimentos individuais e familiares, visitas e atendimentos domiciliares, grupos terapêuticos, ações em escolas e outros equipamentos sociais, construção de Projetos Terapêuticos Singulares, além do compartilhamento de caso entre as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). As principais demandas territoriais incluem tentativas de suicídio, depressão, ansiedade, transtornos mentais e do neurodesenvolvimento, bem como problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas. O fluxo de notificação de tentativas de suicídio ocorre via Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com 11 registros no território (2 crianças, 2 adolescentes, 6 mulheres adultas e 1 homem adulto), além de 3 óbitos (1 adolescente, 1 adulto e 1 idoso), evidenciando a presença marcante de agravos em faixas etárias vulneráveis e prevalência feminina entre adultos. O acompanhamento de transtornos mentais e do neurodesenvolvimento é realizado de forma longitudinal e integrado à RAPS, identificando-se 76 crianças e 35 adolescentes com transtorno do desenvolvimento; 46 adolescentes, 93 homens e 91 idosos com transtorno mental; e 14 casos relacionados ao trabalho. Dentre os principais desafios identificados, destacam-se o excesso de encaminhamentos para o profissional de psicologia, a compreensão limitada do papel do psicólogo e da equipe da ESF nos processos de saúde mental, valorização excessiva do atendimento individual, bem como limitações estruturais do serviço. Ademais, o matriciamento em saúde mental, embora previsto para ocorrer mensalmente após discussão interna baseada no estudo de caso dos pacientes, não estava sendo realizado no período da territorialização, o que representa uma descontinuidade no cuidado compartilhado. Por fim, os encaminhamentos para a rede especializada são orientados por guia institucional, conforme as necessidades observadas.

Considerações Finais

A experiência evidenciou que os processos de trabalho em saúde mental na APS articulam ações de vigilância, cuidado clínico e apoio matricial, com destaque para a notificação de agravos e o acompanhamento longitudinal. A territorialização permitiu aos residentes conhecer a complexidade das demandas em saúde mental no território, incluindo a vulnerabilidade de crianças, adolescentes e mulheres. Contudo, a ausência de matriciamentos no período observado revela fragilidades na articulação entre APS e RAPS, comprometendo o cuidado compartilhado. Conclui-se que é essencial o fortalecimento e a regularidade dessas práticas para qualificar a atenção em saúde mental no âmbito da formação multiprofissional e do cuidado territorializado.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. FARIA, R. M. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 11, p. 4521-4530, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.30662018>. Acesso em: 10 abr. 2026. PESSOA et al. A. Sentidos e métodos de territorialização na atenção primária à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 8, p. 2253-2262, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000800009>. Acesso em: 10 abr. 2026.